

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS/CÂMARA TÉCNICA
DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

NOTA TÉCNICA nº 01/2013/CTPNRH/CNRH/MMA

Brasília/DF, 15 de maio de 2013.

Ao Senhor,

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL

ASSUNTO: Apreciação da CTPNRH sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico e suas interfaces com o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

ANTECEDENTES

A elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) foi prevista na Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A coordenação da elaboração do Plano, que cabe ao Ministério das Cidades (MCidades), foi exercida por sua Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

O Decreto 7.217/2010 estabeleceu que a versão do Plansab, “*com as modificações realizadas na fase de divulgação e debate, será encaminhada, inicialmente, para apreciação dos Conselhos Nacionais de Saúde, de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos*”. Em seguida, o Plano deverá seguir para a apreciação do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), para aprovação do Ministro das Cidades e para publicação da Presidenta da República.

O processo de elaboração do Plansab teve seu início marcado pelo Pacto pelo Saneamento Básico, firmado pelos segmentos do ConCidades em dezembro de 2008: movimentos populares; trabalhadores; organizações não governamentais; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; empresários; poder público municipal; poder público estadual; e poder público federal.

Em 2009, foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional, pelo Decreto nº 6.942/2009, composto por diversos órgãos do Governo Federal e por todos os segmentos representativos do ConCidades, para coordenar a elaboração do Plansab sob a coordenação da SNSA.

A elaboração do Panorama do Saneamento Básico no Brasil, iniciada em 2009 por meio de uma cooperação técnica firmada entre o MCidades e as Universidades Federais de Minas Gerais, da Bahia e do Rio de Janeiro, deu origem a uma Versão Preliminar do Plansab. O Panorama consiste em um amplo estudo sobre o saneamento no país e está disponível na página do MCidades (www.cidades.gov.br/plansab).

O processo de discussão com a sociedade, com apresentação para os Conselhos Nacionais e com a realização de cinco seminários regionais em 2009, deu origem à Versão Preliminar. Posteriormente, a Proposta de Plano foi apresentada e discutida em outros cinco seminários regionais e duas audiências públicas em 2011. Em 2012, o Plansab foi disponibilizado para Consulta Pública que ocorreu entre julho e setembro de 2012. Essa consulta resultou em 649 contribuições que foram avaliadas e o resultado da análise foi divulgado em 21 de dezembro de 2012.

Em janeiro de 2013, iniciou-se a atualização do Plansab no sentido de incorporar as contribuições acatadas e atualizar o Plano com os dados do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) 2009, 2010 e 2011, Siságua 2010, 2011 e 2012, Censo Demográfico 2010 e MUNIC 2011.

Em 2 de maio de 2013, a versão consolidada do Plansab foi encaminhada pelo Secretário Nacional de Saneamento Ambiental ao Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos, objetivando a apreciação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em atenção ao preconizado pelo Decreto nº 7.217/2010, que determina a apreciação do CNRH e dos Conselhos Nacionais de Saúde e de Meio Ambiente.

Nos dias 14 e 15 de maio de 2013, o Plansab foi apresentado e discutido na CTPNRH - Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em um rico debate que apresentou contribuições para o aprimoramento do Plansab, conforme será exposto a seguir.

CONTEXTUALIZAÇÃO:

A Lei nº 11.445/2007, denominada Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB), estabelece, no artigo 52, que a União deverá elaborar, sob a coordenação do Ministério das Cidades, o Plano Nacional de Saneamento Básico, instrumento de implementação da Política Federal de Saneamento Básico, contendo:

- a) os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;*
- b) as diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;*
- c) a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento;*
- d) as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;*
- e) os procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas.*

A citada Lei estabelece que os planos devam ser elaborados com horizonte de 20 anos, avaliados anualmente e revisados a cada quatro anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

No tocante ao objeto de abordagem do Plansab, recorre-se à Lei, que em seu Art. 3º, adota a definição de saneamento básico como o *conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:*

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;*

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas

Ao longo do período de elaboração do *Panorama do Saneamento Básico no Brasil* e do Plansab, instrumentos legais, com importantes interfaces com o estudo, foram editados: o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007, e a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como o Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010. Dentre outras interfaces entre as legislações de saneamento básico e de resíduos sólidos, mencionam-se aquelas entre os planos de saneamento básico e os planos de resíduos sólidos. No que couberam, as determinações de ambas as legislações foram incorporadas ao Plansab, contudo tendo-se privilegiado as da Lei nº 11.445/2007, em casos de divergência de conceitos.

Para a elaboração do *Panorama do Saneamento Básico no Brasil* e do Plansab, diversas etapas e atividades foram desenvolvidas. Sob as perspectivas conceitual, técnica e metodológica, foram elaborados 13 Cadernos Temáticos, que aprofundaram temas necessários à compreensão e à tomada de posição sobre aspectos essenciais da questão do saneamento básico e do desenvolvimento de um plano de nível nacional.

A minuta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), disponibilizada para avaliação do CNRH, resulta de um processo planejado e coordenado pelo Ministério das Cidades, desenvolvido, como já salientado, em três etapas: i) a formulação do “*Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania*”, que marca o início do processo participativo de elaboração do Plano em 2008; ii) a elaboração, em 2009 e 2010, de extenso estudo denominado “*Panorama do Saneamento Básico no Brasil*”, que tem como um de seus produtos a versão preliminar do Plansab; iii) a “*Consulta Pública*”, que submeteu a versão preliminar do Plano à sociedade, promovendo sua ampla discussão e posterior consolidação de sua forma final à luz das contribuições acatadas.

Além das contribuições advindas do processo de participação social, também são previstas, como ressaltado, apreciações formais pelos Conselhos Nacionais de Meio Ambiente e de Saúde, além de avaliações de outros Conselhos, como o de Política Agrícola.

Em face do exposto, a Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos – CTPNRH vem, por meio desta Nota Técnica, apresentar posicionamento, que deverá ser encaminhado à plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para deliberação.

A proposta descrita nesta versão preliminar destaca que o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) deverá manter relação com os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), de Recursos Hídricos (PNRH), de Resíduos Sólidos (PNRS) e de Produção e Consumo Sustentável (PPCS).

ANÁLISE E DISCUSSÃO:

Conforme a Lei nº 11.445/2007, o Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab deve ter um horizonte de 20 anos, sendo avaliado anualmente e revisado a cada quatro anos.

A versão preliminar do Plansab é composta por 10 capítulos: 1) Introdução; 2) Bases Legais e Competências Institucionais; 3) Princípios Fundamentais; 4) Análise Situacional; 5) Cenários para a Política de Saneamento Básico no País em 2030; 6) Metas de Curto, Médio e Longo Prazos; 7) Necessidades de Investimentos; 8) Macrodiretrizes e Estratégias; 9) Programas e 10) Monitoramento, Avaliação Sistemática e Revisão do Plano.

Após a apresentação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) aos participantes da reunião, foi aberta a discussão.

Foi ressaltada a importância de se investir não só na ampliação das redes de esgotos, mas, também, na substituição da estrutura existente, já que, em muitos municípios, encontram-se situações precárias, com contaminação do solo e das águas subterrâneas. Em muitos, casos há vazamentos ou, até mesmo, o despejo de efluentes em locais inadequados. Foi, também, esclarecido que o plano prevê investimentos em reposição que chegam a cerca de 20% do investimentos previstos para esgotamento sanitário.

Importante também ressaltar que medidas estruturais nem sempre são suficientes para a resolução do problema, o que reforça a necessidade de investimentos em medidas estruturantes. A maior parte dos investimentos em medidas estruturais ficou sob a responsabilidade dos agentes federais no Plano, o que foi questionado, tendo em vista a importância de o Governo Federal dar maior prioridade às medidas estruturantes para que elas sejam de fato implementadas e que possam contribuir para a melhoria e sustentabilidade dos serviços. Foi informado que essa já é uma realidade do Governo Federal e que o montante previsto é considerável, da ordem de 34 bilhões para medidas estruturantes.

Foi esclarecido que a primeira versão do Plansab foi concluída antes da disponibilização do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para consulta pública. Apesar disso, o Plano Nacional de Resíduos já foi elaborado considerando o conteúdo já elaborado do Plansab de forma que os dois fossem absolutamente compatíveis. Na consulta pública do Plansab, foram apresentadas contribuições que resultaram em aprimoramentos dos capítulos 2 e 4 do próprio Plano Nacional de Resíduos Sólidos. No capítulo de macrodiretrizes e estratégias, é mencionada a necessidade da articulação do Plansab com os outros Planos Nacionais, tendo sido mencionados alguns, a título de exemplo, e outros que tiveram uma especial importância, como foi o caso do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Foram ressaltadas, a título de exemplo, algumas estratégias do Plansab relacionadas à gestão dos recursos hídricos:

Estratégia 36 - Priorizar dotação de recursos específicos para serviços de saneamento básico em bacias hidrográficas críticas e com problemas de poluição de mananciais superficiais e subterrâneos.

Estratégia 45 - Atuar, em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), no aprimoramento de programas de despoluição de bacias hidrográficas, ampliando os níveis de tratamento de esgotos domésticos.

Estratégia 63 - Articular e mobilizar o setor de saneamento básico para integrar os comitês de bacia, com vistas à sua maior participação nas questões sobre o uso e manejo das águas nas bacias hidrográficas.

Estratégia 88 - Estabelecer política específica para o saneamento rural, para os povos indígenas, de quilombolas, de reservas extrativistas e outras populações tradicionais, que considere atividades de educação sanitária e ambiental, mobilização social e emprego de tecnologias apropriadas, com estrutura institucional nos níveis federal e estaduais, recursos financeiros compatíveis e equipes interdisciplinares adequadas.

Estratégia 91 - Identificar especificidades e estabelecer procedimentos específicos para ações de saneamento básico em áreas indutoras do desenvolvimento turístico, em consonância com o Plano Nacional de Turismo.

Assim como evidenciada a seguinte macrodiretriz:

- ✓ Atribuir tratamento diferenciado para ações de saneamento básico nas regiões metropolitanas; em municípios de pequeno porte; em bacias hidrográficas críticas conforme Resolução nº 655/2009 da ANA; em áreas de especial interesse social, em consonância com o PLANHAB, e nas áreas indutoras do desenvolvimento turístico, em consonância com o Plano Nacional de Turismo.

Chegou-se ao consenso, ao longo das discussões, que a versão submetida à CTPNRH era uma proposta robusta e de conteúdo apropriado, com adequado nível de articulação com os planos e demais instrumentos de gestão de recursos hídricos. Entenderam os membros da Câmara Técnica que eventuais aprimoramentos ao texto e ao conteúdo poderiam aguardar uma primeira revisão do Plansab, no futuro.

CONCLUSÃO:

A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) avalia que a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab é pertinente, oportuna e coerente e fundamental para o atingimento dos objetivos e metas da Política Nacional de Saneamento Básico.

Cabe ainda esclarecer que o atingimento, mesmo que parcial, das metas do Plansab trará impactos positivos para a qualidade dos recursos hídricos no país ao reduzir a contaminação dos corpos d'água pelo lançamento de efluentes não tratados.

À guisa de conclusão, **esta Câmara**, considerando a relevante interface entre o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab e o Plano Nacional de Recursos Hídricos, **recomenda uma apreciação favorável do CNRH à versão submetida do Plansab.**

OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO

Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH